

Causa do Povo

PUBLICAÇÃO DA UNIÃO POPULAR ANARQUISTA - UNIPA - Nº 35 - AGOSTO DE 2007

unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

Governo Lula X Servidores: A privatização e a mercantilização dos Serviços Públicos

Em meio à cobertura que a mídia burguesa dava aos Jogos Panamericanos, o governo Lula lançou mais um ataque contra o serviço público: o Projeto de Lei Complementar que regulamenta as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado. Para compreender o que significa este projeto para os servidores e para a classe trabalhadora em geral é preciso lembrar que ele se soma a uma série de outros ataques que o governo Lula/PT empreende desde o início do seu primeiro mandato contra os serviços públicos, utilizando-se de uma tática perversa apoiada pela CUT e pelas outras centrais pelegas e governistas.

Em março, o site brasileiro do Banco Mundial, divulgou um documento com avaliações e propostas para “aumentar a qualidade da gestão e racionalizar o gasto público” do

Sistema Único de Saúde. Em 25 de maio, o jornal O Globo noticiou que “o relatório do Banco Mundial foi feito a pedido do Ministério da Saúde e coordenado pelo especialista-líder em saúde do Bird (Banco

diretamente encomendado a eles.

Os maiores objetivos deste Projeto são: 1) criar as “Fundações estatais de direito privado”; 2) passar a gestão dos serviços públicos para estas

F u n d a ç õ e s , começando pela Saúde (Hospitais Federais e Universitários); 3) contratar novos servidores apenas pelo regime da CLT, de maneira indireta e terceirizada. Estas fundações, portanto, receberão as verbas públicas e serão responsáveis pela contratação e demissão dos servidores, já que, com a adoção da CLT,

não mais contarão com estabilidade no cargo.

Desde o início do governo do PT, os servidores públicos têm sido acusados de privilegiados e incompetentes. Este tipo de discurso tenta colocar os trabalhadores uns contra os



Manifestação contra a “Reforma da previdência” em 2003: O governo Lula ataca os servidores num contexto de continuidade das políticas neoliberais de reestruturação do Estado Brasileiro

Interamericano de Desenvolvimento) no Brasil, Gerard La Forgia”. O Projeto de Lei do governo Lula, portanto, não apenas atende às diretrizes dos organismos gestores do neoliberalismo nas Américas e no mundo (Bird e BM), como foi

Leia também:

Para o rico o Pan é esporte, para o povo é violência e morte! - p.03
O III Congresso da UNIPA - p.04

outros: servidores públicos x trabalhadores do setor privado, trabalhadores com vínculo formal x trabalhadores informais, empregados x desempregados. Assim, ele inverte as causas da imensa precariedade do trabalho e das péssimas condições de vida da maioria dos trabalhadores no Brasil. Ou seja: o desemprego e o aumento da informalidade não seriam frutos do modelo econômico e da maneira como o capital explora o trabalho atualmente em todo o mundo e nem seria fruto de mais de uma década de privatizações, de arrocho salarial, de redução de investimentos públicos, do sucateamento das instituições e de poucas convocações de concursados, mas seria por culpa dos próprios trabalhadores que não querem abrir mão de seus direitos para aumentar os lucros do capital.

Ao privatizar a gestão dos serviços públicos, portanto, o governo Lula tenta colocar os servidores contra os demais trabalhadores e, com isso, precarizar o regime de trabalho, retirando direitos, rebaixando salários, dividindo as lutas e diminuindo ainda mais o número de servidores. Hoje, o número de terceirizados e prestadores de serviço (trabalhadores que têm precárias ou mesmo nenhuma garantia trabalhista) já supera o de servidores efetivos. Com esta Lei, os servidores passarão a ser todos terceirizados.

Estas mudanças significam o fim das lutas por carreira e por planos de cargos e salários unitários em prol de lutas “por empresas”, na qual se buscará pulverizar as resistências dos trabalhadores e se fomentar ainda mais o corporativismo, visto que o



Manifestação na França contra a “Lei de Primeiro Emprego”, 2006: Juventude e trabalhadores franceses têm travado duras batalhas contra os projetos neoliberais de remodelação do Estado

patrão deixará de ser o próprio governo para ser a diretoria das “fundações/empresas”. Se hoje as diretorias sindicais pelegas promovem lutas corporativas “por categorias”, com estas mudanças, elas passarão a defender bandeiras corporativas “por empresas”, cindindo ainda mais os trabalhadores e contribuindo para que os gestores privados rebaixem garantias e salários de todos.

O governo adotou a lógica do capital para avaliar os serviços públicos. E a lógica do capital é aquela que coloca os lucros acima de qualquer outra coisa. Significa dizer que, ao invés de se ver a saúde e a educação públicas como atividades obrigatórias e primordiais para a população, o governo vê estas atividades como “prejuízo”, como uma espécie de “dinheiro jogado fora” e que deve ser colocado sob os marcos do capital, para que “dê lucro” e seja “produtivo”.

O Projeto de Lula equipara as fundações às empresas estatais. Como uma empresa, a exploração destas atividades será apenas em parte subsidiada pelo Estado,

liberando-as para “prestar serviços públicos exclusivos e tarifados” com plena “autonomia administrativa, gerencial, financeira e orçamentária”, conforme se lê no Projeto apresentado pelo governo, ou seja, liberando-as para fazer receita complementar e usar a infra-estrutura das instituições públicas para a exploração comercial da saúde, da educação, cultura, etc.

Este Projeto se insere no contexto das “reformas” neoliberais que vêm transformando as funções do Estado brasileiro. Tais transformações são fruto do atual estágio ultra-monopolista de acumulação de capital, que nas últimas décadas se reproduziu através da superexploração do trabalho, forçando pelo rebaixamento global das condições de vida da maioria dos trabalhadores e pela mudança na forma como o Estado intervém na economia. Sendo assim, os governos nos anos 90, e agora Lula, vêm atacando os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores, a fim de tornar o Brasil “atrativo”

para as grandes corporações, como é o caso deste Projeto de Lei, que privatiza e terceiriza os serviços públicos considerados não exclusivos de Estado (saúde, educação, cultura, assistência social, etc), enquanto aumenta os investimentos nos considerados

exclusivos (polícia, Justiça, fiscalização).

Este Projeto já conta com o apoio de todos os partidos burgueses e com a colaboração dos governistas, que pretendem abrir diálogo com o governo Lula e parlamentares, dividindo a massa e jogando panos quente

enquanto a lei ele é aprovada. É preciso organizar a luta contra este Projeto, unindo todas as categorias contra a colaboração governista e por uma Greve Geral do funcionalismo, única maneira de barrar mais este ataque.

Contra a privatização do Serviço Público!
Construir a Greve Geral contra o Projeto das Fundações Privadas!

Para o rico o Pan é esporte, para o povo é violência e morte!

No mês de julho de 2007 foram realizados no Rio de Janeiro os jogos pan-americanos. A realização dos jogos foi fundamental para colocar em operação a política de “segurança pública” do governo Sérgio Cabral com apoio do Governo Federal. No dia 27 de junho, o Complexo do Alemão foi alvo de uma das maiores operações de invasão de favelas da história do Brasil, conforme denunciemos no Causa do Povo, número 33 (junho de 2007).

Essa ação, semanas antes do Pan-Americano, foi uma chacina oficialmente assumida e exaltada pelo Estado e pela burguesia. A chacina teve fundamental importância para a política de Cabral, assegurando o apoio político da pequena burguesia conservadora.

Durante os jogos foi decretado Estado de exceção na cidade, o que representou um aparato militar de mais de 40.000 soldados, e o controle e vigilância de qualquer manifestação que visasse atrapalhar o andamento dos jogos. Durante os jogos foram

reprimidas ações de grafiteagem de rua e confecção de camisetas com sátiras à organização do Pan, com repressão e prisão dos grafiteiros e indiciamento do chargista Latuff.

A invasão do Complexo do Alemão durou mais de 60 dias, e agora começa a se espalhar por diversas favelas da cidade, conforme anunciado na última semana pelo Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. As novas invasões nas favelas têm como principais alvos, além do Complexo do Alemão, a Rocinha, a Cidade de Deus, o Jacarezinho, a Mangueira e o Complexo da Maré.

Essa política vem sendo amplamente defendida por todos os meios de comunicação corporativos em diversos editoriais, sob a alegação de que as mortes são o efeito colateral inevitável diante da necessidade de controlar o tráfico de

drogas. E isso tudo embasado no argumento de combater uma verdadeira falácia: o “poder paralelo” do tráfico.

O que fica explícito é a execução deliberada dos trabalhadores, majoritariamente negros, que moram nas favelas.

Além disso, o Pan-Americano, considerado um evento de pouca importância no cenário desportista, segundo a própria mídia burguesa um “evento de terceira categoria”, foi alvo de grande investimento estatal em obras faraônicas que serviram para as corporações ligadas ao mercado imobiliário faturarem ainda mais. Com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) o Estado



Charge de LATUFF mostra o “Pandemônio”

financiou a construção da Vila do Pan que foi vendida cada unidade a preço de R\$ 300.000,00. Ao mesmo tempo a Prefeitura, voltando às velhas prática de antigos governantes, como Carlos Lacerda e Negrão de Lima, começou a expulsar as favelas e comunidades no entorno da vila, como por exemplo a Comunidade do Anil, onde a tentativa de desapropriação está encontrando resistência da associação dos moradores da comunidade.

Todas as obras do Pan superaram os gastos previstos. O Estádio João Havelange, o Engenhão, orçado em 166 milhões saiu por mais de 400 milhões. Arena Multiuso do

Autódromo em Jacarepaguá custou R\$ 120 milhões a Prefeitura do Rio de Janeiro. Instalações como o Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo do Rio são considerados verdadeiros elefantes brancos. Na última semana não houve nenhum interessado na licitação da Arena Multiuso. Enfim, o Pan inicialmente orçado em R\$ 720 milhões, teve o custo final quase na casa dos R\$ 4 bilhões. Tal situação parece ter despertado a inveja da grande burguesia internacional, pois jornais como New York Times denunciaram casos de corrupção durante as obras do Pan.

O Pan Americano serviu para as grandes empresas

vinculadas à construção civil, como Gerdau e Odebrechet, e as imobiliárias na criação de novos espaços de especulação. Do ponto de vista político serviu para colocar em operação com grande apoio de todas as esferas de governo e dos partidos burgueses a política de massacre sobre o povo pobre e trabalhador residente nas favelas e periferias. Toda a carnificina serviu como um campo de treinamento da Força Nacional de Segurança, orientada pelos já internacionalmente conhecidos assassinos do Bope. Tal política deve agora servir de exemplo para dominação burguesa nas periferias e favelas de todo o Brasil.

O III Congresso da UNIPA

Nos dias 28 e 29 de Julho foi realizado o III CONUNIPA – Congresso da União Popular Anarquista – com o tema “Ir ao Povo: as tarefas dos anarquistas e do proletariado diante da ofensiva neoliberal”.

O terceiro congresso teve como objetivo principal a conclusão da síntese teórica sobre o capitalismo Brasileiro, trabalho este iniciado em 2003 no nosso primeiro congresso, com o desenvolvimento de uma teoria revolucionária a partir do pensamento de Bakunin. Ao mesmo tempo contribuiu para o início de uma sistematização da sociologia bakuninista. Em paralelo, o desenvolvimento das frentes de massa e o crescimento da organização em escala Nacional estão na “ordem do dia” para a UNIPA, sendo planejadas e encaminhadas com igual importância.

O Congresso contou com a presença de convidados e dos companheiros do Pró-Núcleo/

DF, o que contribuiu muito para o debate e para o aprofundamento das teses apresentadas durante o evento.

O Congresso recebeu adesão dos companheiros da Aliança Comunista Libertária (ACL) do México e do Comitê Pró-Organização Revolucionária Anarquista (ORA) da Argentina, organizações que, junto com a UNIPA, defendem e difundem o Bakuninismo no nosso continente.

As resoluções do III Congresso estarão em breve disponíveis no formato digital na nossa página na Internet. A versão impressa poderá ser conseguida através dos companheiros da UNIPA, seus comitês de propaganda e pró-núcleo.



Bakunin vive e vencerá!

**Anarquismo é Luta!
Viva a Revolução Social!
Viva a UNIPA!**

Todo o poder para o povo!